



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SANTA CRUZ DO SUL EM 15.03.2016

Aos 15 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Santa Cruz do Sul o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000217-51.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Juliano Loose Maus e pelo Assistente Sergio Antonio Stroher, lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 18.03.2015

Data de Implantação do PJe: 12.09.2014

Jurisdição: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 15.03.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Rosâne Marly Silveira Assmann	2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Cruz do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Juliano Loose Maus	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	30.10.2013
2	Sergio Antonio Stroher	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC04)	05.12.2011
3	Gerson Stertz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	24.08.2009
4	Isidoro Aloisio Kessler	Técnico Judiciário – Serv. Diversos	-	08.03.1993
-	Luciano Job	Técnico Judiciário – Segurança	-	10.07.2007
5	Marcia Helena Gressler Trindade	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	01.07.2010

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Carlos Alberto Muller	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	01.03.1999
2	Fabricio Carvalho Franco	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.05.2015
3	Fabricio Raimundo Rohde	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	01.07.2009
4	Gilberto Nagel	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998
5	Jeferson Borowsky	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	03.04.2007
6	Luiz Carlos Temes De Quadros	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça	-	31.07.2001



		Avaliador Federal		
--	--	-------------------	--	--

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.03.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Juliano Loose Maus	LTS- Tratamento de Saúde	01	01
2	Sergio Antonio Stroher	-	-	-
3	Gerson Stertz	LTS- Tratamento de Saúde	18	18
4	Isidoro Aloisio Kessler	LTS- Tratamento de Saúde	67	67
5	Luciano Job	Curso Parcial	01	04
		TREf- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	03	
6	Marcia Helena Gressler Trindade	Casamento	08	190
		LG- Gestante	120	
		LG- Gestante Prorrogação	60	
		LTS- Tratamento de Saúde	02	

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Carlos Alberto Muller	-	-	-
2	Fabricio Carvalho Franco	-	-	-
3	Fabricio Raimundo Rohde	-	-	-



4	Gilberto Nagel	FALC – Falecimento Pessoa da Família	08	08
5	Jeferson Borowsky	-	-	-
6	Luiz Carlos Temes De Quadros	DPON- Dispensa do ponto	04	04

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2016)

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Durante o movimento paredista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015, apenas o Coordenador Juliano e o Assistente Sérgio não participaram da greve na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Cruz do Sul. Já na Central de Mandados, todos aderiram à greve.

Foram expedidas duas portarias de greve pelo Diretor do Foro, Dr. Celso Fernando Karsburg. A Portaria nº 01/2015, da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, estabeleceu a limitação de horário de expediente interno e externo e a determinação de que as atividades fossem realizadas na medida do possível, e não necessariamente no mesmo dia em que praticado o ato. A Portaria nº 02/2015 determinou que a Central de Mandados cumprisse todos os mandados e notificações, em regime de plantão, relacionados à medidas liminares concedidas em antecipação de tutela ou em ações e medidas que implicassem em cessação de constrangimento da liberdade individual, e notificações de audiências e perícias.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Fabio da Silva Ribeiro	08.10.2012	24.03.2015	02 anos, 05 meses e 17 dias	Lotação na Central de Mandados de Novo Hamburgo

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2016)

No período correccionado, não houve movimentação de servidores na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Cruz do Sul.

2.2.6 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2016.

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECCIONADO



Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Juliano Loose Maus*	-	-	58	58
2	Sergio Antonio Stroher	-	-	15	15
3	Gerson Stertz	-	-	-	-
4	Isidoro Aloisio Kessler	-	-	-	-
5	Luciano Job	-	-	-	135
6	Marcia Helena Gressler Trindade	20	-	43	63

Servidores Lotados na Central de Mandados

	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Carlos Alberto Muller	-	-	-	-
2	Fabricio Carvalho Franco	-	-	10	10
3	Fabricio Raimundo Rohde	-	-	15	15
4	Gilberto Nagel	-	-	20	20
5	Jeferson Borowsky	-	-	-	-
6	Luiz Carlos Temes De Quadros	-	-	45	45

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

	CERTIDÕES NEGATIVAS		
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
Total em 2014	1.933	R\$ 9.925,78	R\$ 768,90
Média mensal em 2014	161,08	R\$ 827,15	R\$ 64,08
Total em 2015	1.717	R\$ 8.969,17	R\$ 526,35
Média mensal de 2015	143,08	R\$ 747,43	R\$ 43,86
Variação (%) 2014-2015	-11,17%	-9,64%	-31,55%
Total em 2016 (até janeiro)	99	R\$ 550,68	R\$ 0,00



Média mensal de 2016	99,00	R\$ 550,68	R\$ 0,00
Variação (%) 2015-2016	-94,23%	-93,86%	-100,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 02.03.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 143,08 certidões negativas por mês em 2015, média 11,17% inferior à verificada no ano anterior.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	24712 - 97,43%	653 – 2,57%	25.365
Processos com reclamadas	67060 (Totalmente) – 97,28%	1142 – 1,66%	68.938
	736 (Parcialmente) – 1,07%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016, 14h25min)

O artigo 41, §4º, da CPCR, dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR consultados no dia 02.03.2016, cerca de 97,43% das reclamadas dos processos físicos do Foro de Santa Cruz do Sul encontravam-se com cadastro unificado.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançou 97,28% dos processos que tramitam no Foro. Nesse particular, houve pequena evolução em relação aos dados de 2014, quando os cadastros de reclamadas totalmente unificados vinculados a processos alcançou 97,22%.

Diante da apresentação dos dados, verifica-se que a unificação do cadastro das reclamadas tem sido feita paulatinamente.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
	Unificados	Não unificados	Total	
Endereços Dos Advogados	6634 –100%	0	6634	
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	68938(Totalmente)- 100%	0	68938
		0(Parcialmente)		
	Reclamada	68938(Totalmente) – 100%	0	68938
		0(Parcialmente)		



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016, 14h26min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 100% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Santa Cruz do Sul encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, tanto os endereços dos advogados de reclamantes quanto os endereços de advogados de reclamadas vinculados encontravam-se totalmente unificados.

Manteve-se, portanto, o excelente resultado já alcançado no ano anterior quanto às unificações de endereços de advogados.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	1085 – 100%	0	1085
Processos com Órgãos	5867 – 100%	0	5867

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016, 14h26min)

De acordo com o sistema informatizado, 100% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, da mesma forma, 100% deles se encontravam unificados. Não houve alteração na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2015.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)
Ação Anulatória	1	1	0,00%	0
Ação Cautelar	9	0	-100,00%	0
Ação Civil Coletiva	0	0	Não aplicável	0
Ação Civil Pública	3	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	7	0	-100,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	Não aplicável	0
Ação de consignação	53	0	-100,00%	0
Ação de cumprimento	38	0	-100,00%	0
Ação de indenização	90	0	-100,00%	0
Ação declaratória	4	0	-100,00%	0
Ação monitória	0	0	Não aplicável	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ação possessória	0	0	Não aplicável	0
Ação de repetição de indébito	1	0	-100,00%	0
Ação de representação sindical	0	0	Não aplicável	0
Ação rescisória-instrução	0	0	Não aplicável	0
Carta de Ordem	1	0	-100,00%	0
Carta de sentença	3	2	-33,33%	2
Carta precatória	282	2	-99,29%	0
Carta rogatória	0	0	Não aplicável	0
DC/RDCV-instrução	0	0	Não aplicável	0
Embargos de terceiro	27	22	-18,52%	0
Habeas corpus	0	0	Não aplicável	0
Habeas data	0	0	Não aplicável	0
Homologação	0	0	Não aplicável	0
Inquérito	0	0	Não aplicável	0
Mandado de segurança	1	0	-100,00%	0
Outros	5	0	-100,00%	0
Protesto	2	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	2.086	37	-98,23%	1
Reclamatória-sumaríssimo	220	2	-99,09%	0
Restauração de autos	0	0	Não aplicável	0
TEE Outros	2	0	-100,00%	0
TEE ajuste de conduta MPT	3	0	-100,00%	0
TEE conciliação da CCP	0	0	Não aplicável	0
TEE multa DRT	2	0	-100,00%	0
TOTAL	2.840	66	-97,68%	3
MÉDIA POR MÊS	236,67	5,50	-97,68%	3,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 66 novas ações em **processos físicos** no Foro de Santa Cruz do Sul, registrando-se uma média mensal de 5,50 distribuições. Esse número foi inferior em 97,68% às ações distribuídas



em 2014. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul a partir de 12.09.2014, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta nº 2.417/2014, de 06 de maio de 2014.

Não houve redução a termo de reclamações verbais no ano de 2015. Segundo o Coordenador Juliano, quando alguém procura informações para entrar com a reclamação e não tem advogado, é aconselhado a entrar em contato com a Universidade (UNISC), pois há um trabalho de assistência judiciária gratuita desenvolvido no curso de Direito, com acompanhamento de estudantes e professores, que atende essa clientela de maneira eficaz. Esse trabalho beneficia tanto o estudante/professor quanto os reclamantes.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados						
	1ª VT	2ª VT	3ªVT	Total	Dias Úteis	Média/dia
Total em 2014	13.774	9.971	11.212	34.957	227	154
Total em 2015	7.517	6.694	6.192	20.403	224	91,08
Variação 2014-2015	-45,43%	-32,87%	-44,77%	-41,63%	-1,32%	-40,85
Total em 2016 (até jan)	366	295	275	936	7	133,71

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016)

No ano de 2015 foram protocolizadas 20.403 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 91,08 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma queda de 44,77% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPC/2008 incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul fica no subsolo do prédio do Foro.

Por ocasião da inspeção correcional, constatou-se que os processos arquivados são encaminhados em guias/lotos pelas Varas do Trabalho, com o número de ordem e o ano de arquivamento. Cada Vara identifica seus lotes com uma cor diferente. **O arquivo se encontrava organizado e ainda tem espaço para receber mais lotes.** A última remessa de processos para o



Depósito Centralizado foi feita em 2015. Somente processos arquivados sem dívida foram remetidos. Os processos arquivados provisoriamente são mantidos no local.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

A partir da análise do livro carga de processos constatou-se que há apenas 01 processo em carga com prazo de devolução vencido em 07.03.2016: nº 0070100-95.1994.5.04.0731.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPC/2015, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul está dividida em 06 setores, a saber:

Setor 01 – Oficial de Justiça Gilberto: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão e as seguintes localidades: Mariante, Palanque, Santa Tecla, Linha Herval, Linha Deodoro, Linha Brasil – VA, Linha Arroio Grande, Linha Sapé, Linha Mal. Floriano, Travessão Mariante e RST- do km 56 ao km 86.

Setor 02 – Oficial de Justiça Luiz Carlos: compreende os municípios de Santa Cruz do Sul, Encruzilhada do Sul e Pantano Grande.

Setor 03 – Oficial de Justiça Carlos: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Rio Pardo e Passo do Sobrado e as localidades de Pinheiral, Passo da Mangueira, Malhada e Rincão Del Rey.

Setor 04 – Oficial de Justiça Jeferson: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Distrito Industrial (até o pedágio de Santa Cruz) e as localidades de São José da Reserva, Lagoãozinho (loc. De Arroio do Tigre), Cerro Alegre, Capão da Cruz e Arroio do Couto.

Setor 05 – Oficial de Justiça Fabrício Rohde: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Candelária, Vera Cruz e Vale do Sol, e as localidades de Albardão (Rio Pardo), Bexiga (Rio Pardo), São João da Serra, Linha Progresso, Linha Dona Josefa e RST 287 – do Km 108 ao 154.



Setor 06 – Oficial de Justiça Fabrício Franco: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Sinimbu, Boqueirão do Leão e Herveiras e as localidades de: São Martinho, Rio Pardinho, Paredão, Linha Alto Paredão, Linha Travessa, Linha Cinco, Linha Sete Léguas, Linha 4 Léguas, Linha 7 Setembro, Travessão Dona Josefa, Linha Chaves, Linha João Alves, Linha Boa Vista, Linha Santa Cruz, 4ª Linha Nova, Linha Nova, Linha Araçá, Monte Alverne, Linha Antão, Linha Saraiva, Linha Júlio de Castilhos, Linha Felipe Nery, Linha Arroio do Tigre, Linha Brasil (Sta Cruz), Linha Áustria, Linha Seival, Linha Eugênia e RST 287 – do km 87 a 107.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr, o Coordenador da Central de Mandados informou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 06 meses, nos meses de maio e novembro.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana. Os mandados de caráter urgente são distribuídos de modo que possam ser cumpridos em tempo hábil. Os recebidos no plantão são distribuídos imediatamente após o recebimento pela Central de Mandados.

Os mandados cumpridos em regime de plantão e os de caráter urgente são devolvidos às Varas imediatamente após a devolução pelo Oficial de Justiça. Os demais são devolvidos tão logo seja obtido um número razoável de mandados por Vara – em média quinze mandados. Os servidores das Varas buscam os mandados na Central.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr.

Nos processos eletrônicos os mandados são enviados pelo sistema à Central de Mandados. O Coordenador, que tem o perfil de OJ Distribuidor, imprime os mandados e distribui entre os Oficiais. A compensação é feita na cidade de Santa Cruz do Sul, de forma que todos têm o mesmo número para cumprir. Os mandados oriundos de outros foros são analisados pelo Coordenador antes de serem distribuídos. Se houver insuficiência ou divergência de dados para cumprimento, o próprio Coordenador providencia a devolução.

Nos processos eletrônicos não é feita a conferência das certidões pelo Coordenador por que o encaminhamento é feito diretamente pelo Oficial de Justiça à Vara.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos



Mês/Ano	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total	Média Mensal
2014	1.835	1.602	1.107	4.544	378,67
2015	569	881	420	1.870	155,83
Variação 2014-2015	-68,99%	-45,01%	-62,06%	-58,85%	-58,85%
2016 (até janeiro)	16	8	31	55	55,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	841	70,08
2015	2.859	238,25
Variação 2014-2015	239,95%	239,95%
2016 (até janeiro)	207	207,00

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.03..2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Santa Cruz do Sul recebeu 4.729 mandados, sendo 1.870 de processos físicos e 2.859 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 394,1 mandados recebidos, média geral 12,18% menor do que a média verificada em 2014.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro no ano de 2014, verificou-se redução de 58,85% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2015, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 239,95% no mesmo período. Se em 2014 os mandados em processos físicos eram a maioria, 84,38% do total, em 2015 os mandados em processos eletrônicos passaram a sê-lo, correspondendo a 60,46% do total.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até jan)
Busca e Apreensão	30	40	33,33%	1
Citação	735	529	-28,03%	14



Condução de Testemunha	2	3	50,00%	0
Notificação	2.752	578	-79,00%	15
Penhora	669	369	-44,84%	18
Outros	420	308	-26,67%	97
Total	4.608	1.827	-60,35%	145

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até jan)
Intimação	0	0	Não aplicável	0
Notificação	634	2.441	285,02%	175
Mandado	115	347	201,74%	37
Ofícios	2	17	750,00%	1
Total	751	2.805	273,50%	213

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.03.2016)

Foram cumpridos 4.632 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.827 oriundos de processos físicos e 2.805 de processos eletrônicos. Na comparação com 2014, houve redução de 13,57% no número de mandados cumpridos.

Nos processos físicos, a notificação foi a espécie mais frequente de diligência em 2015 (578), seguida pela citação (529), situação que se alterou no primeiro mês de 2016, quando verificado um aumento na expedição de mandados de penhora. Da mesma forma, nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até jan)
Busca e Apreensão	9,23	7,23	-21,75%	39,00



Citação	18,19	18,33	0,80%	24,00
Condução de Testemunha	2,50	9,33	273,33%	Não aplicável
Notificação	10,50	14,99	42,81%	21,07
Penhora	25,79	36,06	39,79%	40,39
Outros	8,59	12,57	46,46%	20,02
Prazo Médio Geral	13,76	19,63	42,65%	23,17

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até jan)
Intimação	-	-	-	-
Notificação	5,04	20,34	303,56%	21,00
Mandado	11,49	28,94	151,96%	23,46
Ofício	4,00	26,71	567,65%	21,00
Prazo Médio Geral	6,03	21,45	255,93%	21,43

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.03.2016)

Da análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados em **processos físicos** pela Central de Mandados de Santa Cruz do Sul subiu 42,65% em 2015 na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que a penhora, diligência mais comum no período, registrou aumento médio de 25,79 para 36,06 dias, correspondendo a uma elevação de 39,79%. As notificações também registraram aumento médio de 42,81%. As demais espécies também registraram aumentos, ficando excetuados apenas os mandados de busca e apreensão, que observaram queda de 21,75%.

Quanto aos mandados decorrentes de **processos eletrônicos**, o tempo médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 21,45 dias em 2015, lapso 255,93% maior que em 2014. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (28,94 dias), ao passo que as notificações são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (20,34 dias). Na mesma linha, as informações colhidas no primeiro mês de 2016 apontam que o tempo médio de cumprimento dos mandados se manteve estável em relação aquele verificado em 2015.

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores



Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS

	2014		2015		2016 (até janeiro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	14	46,67%	8	20,00%	1	100,00%
Citação	442	60,14%	338	63,89%	10	71,43%
Condução de Testemunha	0	0,00%	2	Não aplicável	0	Não aplicável
Notificação	1.011	36,74%	258	44,64%	7	46,67%
Penhora	472	70,55%	247	66,94%	18	100,00%
Outros	104	24,76%	136	44,16%	87	89,69%
Total Geral	2.043	44,34%	989	54,13%	123	84,83%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)

	2014		2015		2016 (até janeiro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Intimação	0	Não aplicável	0	Não aplicável	0	Não aplicável
Notificação	123	19,40%	1.425	58,38%	99	56,57%
Mandado	56	48,70%	231	66,57%	27	72,97%
Ofício	0	0,00%	10	58,82%	1	100,00%
Total	179	23,83%	1.666	59,39%	127	59,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 02.03.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 989 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 54,13% de todos os mandados cumpridos, havendo aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso em 2014, o qual alcançava 44,34% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (66,94%), seguida pelas citações (63,89%).



Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.666 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o equivalente a 59,39% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (66,57%).

Comparativamente, considerando processos físicos e eletrônicos, no ano de 2014 foram devolvidos com atraso 41,46% dos mandados e no ano de 2015 esse percentual passou para 57,32%. Convém recordar, contudo, que todos os Oficiais de Justiça aderiram ao movimento paredista no ano de 2015, o que influenciou no tempo médio de cumprimento.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Santa Cruz do Sul:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001213-92.2013.5.04.0731	731-00346/15	PENHORA	01/06/15	14/12/15	196
0000119-09.2013.5.04.0732	732-00331/15	PENHORA	08/05/15	19/11/15	195
0000693-34.2010.5.04.0733	733-00184/15	PENHORA	27/04/15	04/11/15	191
0000098-93.2014.5.04.0733	733-00180/15	PENHORA	20/04/15	22/10/15	185
0000567-16.2012.5.04.0732	732-00336/15	CITAÇÃO	15/05/15	16/11/15	185

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.03.2016)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 27 mandados pendentes de devolução nos processos físicos. Em todos esses já havia sido ultrapassado o limite legal para sua devolução. O mais antigo foi distribuído em 23.10.2015 (129 dias de atraso).

Mandados em aberto no sistema informatizado PROCESSOS FÍSICOS					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Nº Carga OJ	Tipo Mandado	Dias pendentes
1	0000023-60.2014.5.04.0731	23/10/15	731-00463/15	OUTROS	129
2	0000349-53.2010.5.04.0733	23/10/15	733-00357/15	PENHORA	129
3	0000679-51.2013.5.04.0731	27/11/15	731-00567/15	PENHORA	94
4	0000784-93.2011.5.04.0732	27/11/15	732-00764/15	PENHORA	94



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	0081100-95.2008.5.04.0733	27/11/15	733-00421/15	PENHORA	94
6	0000915-66.2014.5.04.0731	27/11/15	731-00559/15	NOTIFICAÇÃO	94
7	0000532-25.2013.5.04.0731	04/12/15	731-00589/15	PENHORA	87
8	0001006-93.2013.5.04.0731	18/12/15	731-00617/15	CITAÇÃO	73
9	0000160-42.2014.5.04.0731	18/01/16	731-00012/16	CITAÇÃO	42
10	0127800-24.1997.5.04.0731	22/01/16	731-00013/16	PENHORA	38
11	0000683-88.2013.5.04.0731	22/01/16	731-00010/16	CITAÇÃO	38
12	0047800-17.2009.5.04.0731	28/01/16	731-00006/16	CITAÇÃO	32
13	0001283-09.2013.5.04.0732	28/01/16	732-00005/16	CITAÇÃO	32
14	0010400-94.2008.5.04.0733	29/01/16	733-00016/16	CITAÇÃO	31
15	0000992-40.2012.5.04.0733	29/01/16	733-00019/16	PENHORA	31
16	0000085-65.2012.5.04.0733	29/01/16	733-00032/16	CITAÇÃO	31
17	0000085-65.2012.5.04.0733	29/01/16	733-00033/16	CITAÇÃO	31
18	0000418-80.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00039/16	CITAÇÃO	24
19	0000418-80.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00040/16	CITAÇÃO	24
20	0000953-09.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00042/16	CITAÇÃO	24
21	0000953-09.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00043/16	CITAÇÃO	24
22	0000953-09.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00044/16	CITAÇÃO	24
23	0000036-87.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00045/16	CITAÇÃO	24
24	0000747-92.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00048/16	PENHORA	24
25	0000747-92.2013.5.04.0733	05/02/16	733-00049/16	PENHORA	24
26	0000087-72.2011.5.04.0732	05/02/16	732-00018/16	NOTIFICAÇÃO	24
27	0090800-66.2006.5.04.0733	12/02/16	733-00052/16	PENHORA	17

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.03.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 10/02/2016, apresentava 64 mandados de penhora sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo expedido em 26/11/2015 (110 dias).

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias pendentes
1	0020668-69.2015.5.04.0732	26/11/2015	Notificação	GILBERTO NAGEL	110
2	0021206-47.2015.5.04.0733	27/11/2015	Notificação	GILBERTO NAGEL	99
3	0020597-70.2015.5.04.0731	27/11/2015	Mandado	GILBERTO NAGEL	98



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4	0020421-91.2015.5.04.0731	27/11/2015	Notificação	GILBERTO NAGEL	97
5	0020987-37.2015.5.04.0732	04/12/2015	Notificação	GILBERTO NAGEL	90
6	0020254-74.2015.5.04.0731	18/12/2015	Mandado	GILBERTO NAGEL	78
7	0020995-11.2015.5.04.0733	15/01/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	48
8	0020598-55.2015.5.04.0731	15/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	48
9	0021060-09.2015.5.04.0732	15/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	47
10	0020856-62.2015.5.04.0732	15/01/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	47
11	0020951-89.2015.5.04.0733	22/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	42
12	0020875-71.2015.5.04.0731	22/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	42
13	0021321-71.2015.5.04.0732	22/01/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	42
14	0021331-15.2015.5.04.0733	22/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	41
15	0021407-42.2015.5.04.0732	29/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	39
16	0021436-92.2015.5.04.0732	22/01/2016	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	39
17	0020033-54.2016.5.04.0732	22/01/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	39
18	0021336-40.2015.5.04.0732	29/01/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	39
19	0021432-55.2015.5.04.0732	29/01/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	36
20	0020156-26.2014.5.04.0731	29/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	35
21	0021285-65.2014.5.04.0020	29/01/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	34
22	0020350-20.2014.5.04.0733	05/02/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	28
23	0021456-76.2015.5.04.0702	05/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	28
24	0021296-55.2015.5.04.0733	05/02/2016	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	28
25	0020339-04.2015.5.04.0782	05/02/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	27
26	0021263-65.2015.5.04.0733	05/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	25



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

27	0021390-09.2015.5.04.0731	05/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	25
28	0020059-55.2016.5.04.0731	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	20
29	0021335-52.2015.5.04.0733	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	20
30	0020793-37.2015.5.04.0732	11/02/2016	Mandado	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	20
31	0020782-05.2015.5.04.0733	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	20
32	0020104-93.2015.5.04.0731	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	19
33	0021156-24.2015.5.04.0732	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	19
34	0021472-37.2015.5.04.0732	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
35	0020110-66.2016.5.04.0731	03/03/2016	Notificação	FABRICIO CARVALHO FRANCO	18
36	0020281-91.2014.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	18
37	0021305-20.2015.5.04.0732	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
38	0021278-40.2015.5.04.0731	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
39	0021274-97.2015.5.04.0732	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
40	0020159-44.2015.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
41	0020112-36.2016.5.04.0731	12/02/2016	Notificação	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	18
42	0020228-13.2014.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	CARLOS ALBERTO MULLER	18
43	0020159-44.2015.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	18
44	0021190-02.2015.5.04.0731	03/03/2016	Notificação	FABRICIO CARVALHO FRANCO	18
45	0020032-72.2016.5.04.0731	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
46	0020524-98.2015.5.04.0731	12/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	18
47	0021428-18.2015.5.04.0732	19/02/2016	Notificação	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	15
48	0021231-60.2015.5.04.0733	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	15
49	0020087-17.2016.5.04.0733	03/03/2016	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

50	0020071-69.2016.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	CARLOS ALBERTO MULLER	14
51	0020000-64.2016.5.04.0732	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	14
52	0020079-46.2016.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	CARLOS ALBERTO MULLER	14
53	0021458-53.2015.5.04.0732	19/02/2016	Notificação	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	14
54	0020086-32.2016.5.04.0733	19/02/2016	Mandado	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	14
55	0021044-58.2015.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	13
56	0021251-77.2015.5.04.0013	19/02/2016	Notificação	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	13
57	0021302-68.2015.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	13
58	0021350-27.2015.5.04.0731	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	13
59	0020177-03.2016.5.04.0029	19/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	12
60	0020245-45.2015.5.04.0721	19/02/2016	Notificação	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	12
61	0021548-84.2015.5.04.0401	26/02/2016	Notificação	CARLOS ALBERTO MULLER	11
62	0020023-04.2014.5.04.0401	26/02/2016	Notificação	GILBERTO NAGEL	11
63	0021311-24.2015.5.04.0733	26/02/2016	Notificação	CARLOS ALBERTO MULLER	11
64	0020394-32.2014.5.04.0121	26/02/2016	Mandado	GILBERTO NAGEL	11

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.03.2016)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por Oficial de Justiça Avaliador da Central de Mandados de Santa Cruz do Sul.

Carlos Alberto Muller		
INFOR		
Total em 2014	Total em 2015	Total em 2016 (até jan)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	14	14	00	00
Citação	90	87	65	70	04	00
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	528	527	100	103	00	03
Penhora	94	100	79	73	02	02
Outros	64	59	79	74	02	11
Total	781	778	338	335	08	16

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	126	125	423	410	22	11
Mandado	23	23	60	52	03	04
Ofício	00	00	05	04	01	01
Total	149	148	488	466	26	16

Fabricio Carvalho Franco						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	04	03	00	01
Citação	00	00	50	47	03	02
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	70	70	04	04
Penhora	00	00	41	31	03	04
Outros	00	00	55	43	05	16



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	00	00	220	194	15	27
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	344	329	43	43
Mandado	00	00	32	28	08	07
Ofício	00	00	01	01	00	00
Total	00	00	377	358	51	50

Fabricio Raimundo Rohde						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	08	08	00	00
Citação	107	110	82	82	03	06
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	446	445	89	94	00	01
Penhora	136	134	67	70	02	05
Outros	50	50	57	42	02	17
Total	741	741	303	296	07	29
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	104	95	400	388	25	39
Mandado	26	24	66	65	02	03
Ofício	01	01	01	01	00	00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	131	120	467	454	27	42
--------------	------------	------------	------------	------------	-----------	-----------

Gilberto Nagel						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	11	11	10	10	00	00
Citação	117	106	88	90	06	02
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	445	430	96	108	02	03
Penhora	118	118	75	61	03	03
Outros	70	68	42	33	02	13
Total	762	734	311	302	13	21
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	122	110	404	386	41	39
Mandado	19	13	49	48	12	08
Ofício	00	00	03	03	02	00
Total	141	123	456	437	55	47

Jeferson Borowsky						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	00	00	00	00
Citação	145	122	93	117	04	04
Condução de Testemunha	00	00	01	01	00	00
Notificação	438	437	83	86	02	03
Penhora	92	92	56	56	02	01
Outros	83	83	71	55	04	21
Total	762	738	304	315	12	29
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	90	80	413	409	35	37
Mandado	30	28	78	78	05	05
Ofício	00	00	00	00	00	00
Total	120	108	491	487	40	42

Luiz Carlos Temes de Quadros						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	02	02	00	00
Citação	136	182	93	93	00	00
Condução de Testemunha	00	00	01	01	00	00
Notificação	439	452	83	85	00	01
Penhora	111	112	62	61	00	03
Outros	80	77	58	43	00	19
Total	768	825	299	285	00	23



PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	124	111	398	406	04	06
Mandado	09	05	65	62	04	10
Ofício	01	01	08	08	00	00
Total	134	117	471	476	08	16

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de porte médio.

A Unidade está muito bem organizada e o funcionamento entre a Direção do Foro e a Central de Mandados é perfeitamente integrado. As instalações são amplas e adequadas. O Arquivo é bem organizado, embora o local seja insalubre.

O trabalho de unificação dos dados cadastrais merece elogios: 100% do cadastro de advogados e de Órgãos Públicos está unificado. Já os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançou 97,28% dos processos que tramitam no Foro.

O acompanhamento dos prazos de cumprimento dos mandados em carga com os Oficiais de Justiça é feito pela Coordenadoria. Nos processos físicos, primeiramente, a cobrança é verbal, depois, é feita pelo sistema. As cobranças são mensais e são registradas no mandado. Pontuou, o Coordenador, que não há como efetuar a cobrança dos mandados nos processos eletrônicos pelo sistema.

Observa-se que no ano de 2015 houve tanto uma redução no número de mandados cumpridos pelos Oficiais de Justiça quanto um aumento significativo de tempo (prazo) para seu cumprimento. Tal resultado deve ser em boa parte decorrente do fato de terem, todos os oficiais, aderido à greve. Contudo, o processo correicional anterior já apontava uma elevação no percentual de mandados devolvidos com atraso, em período no qual não houve greve, motivo pelo qual tal situação deve ser avaliada com cuidado. De qualquer forma, essa relação será novamente objeto de análise na próxima correição.

Segundo o Coordenador, a quantidade de servidores é suficiente. São 6 Oficiais de Justiça, 05 servidores e 01 segurança. Enfatizou, ainda, requerimento de mais 01 scanner para digitalização, principalmente em face dos processos em execução a serem encaminhados futuramente à SEEX. Reiterou ele, por fim, requerimento feito na correição anterior quanto à remessa de fita adesiva com o logotipo do TRT para lacre dos bens penhorados pelos



Oficiais de Justiça. Quanto à área física do Arquivo, demonstrou preocupação com a infiltração de água na sala. Afirmou ter sido adquirida uma bomba d'água pelo Tribunal, mas que tal bomba mostrou-se insuficiente para resolver o problema.

O Coordenador elencou as atividades preponderantemente desenvolvidas na Unidade: lançamento do protocolo físico, impressão e lançamento das petições no sistema VIPE e expedição de certidões negativas.

Causou excelente impressão a essa Vice-Corregedoria a dedicação, o cuidado e a organização do setor pelo Coordenador Juliano Loose Maus e seu Assistente Sérgio Antônio Stroher, pelo que merecem ser parabenizados, juntamente com toda a equipe.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Recomenda-se que se mantenha a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR, certificando o ato em autos suplementares.

Determina-se a cobrança do processo nº 0070100-95.1994.5.04.0731.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se ao coordenador e aos oficiais de justiça que envidem esforços na redução do lapso de devolução dos mandados.

Determina-se, também, que, sempre que o Oficial de Justiça permanecer com o mandado em carga, com prazo excedido, mas realizando diligências a fim de garantir a efetividade no cumprimento, sejam emitidas certidões justificando tal fato.

ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul, no dia 14.03.2016, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. O Vice-Corregedor, na ocasião, foi entrevistado pelos repórteres Rodrigo Kampf e Rodrigo Assmann (fotógrafo) do



jornal Gazeta do Sul, em Santa Cruz do Sul, bem como concedeu entrevista ao vivo para o Jornal do Almoço (RBS TV Santa Cruz).

8 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

9 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Juliano Loose Maus e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, respectivamente, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional